



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

No dia primeiro do mês de dezembro do ano dois mil e seis, na sala da Associação Paulista de Magistratura no Fórum Cível de Sorocaba, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Deu-se início aos trabalhos às 10 horas e 30 minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, passou-se às comunicações da Presidência. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes e procedeu à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada. A secretária do Conselho informou estar colocando em dia as atas das reuniões anteriores. Passou-se ao momento aberto. A Defensora Pública Coordenadora de Sorocaba, Kátia, agradeceu presença de todos pela iniciativa de ir ao interior. Manifestou a importância da instalação do sistema de comunicação interna com notes. Relatou uma reunião ocorrida em agosto sobre o SPT. Disse ter dificuldades em receber informações sobre o uso do sistema e estar aprendendo manuseando o programa SPA. Ressaltou a importância de compartilhar experiências. A Defensora Denise agradeceu e disse estarem honrados com a presença de todos, porém lamentou ausência do 3º Subdefensor e disse sentir dificuldade de comunicação com o gabinete. A representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos e da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Sorocaba, Maristela Pereira, apresentou-se e disse ter vindo para iniciar um diálogo com os defensores. Segundo ela, esta é a realização de um sonho decorrente do movimento pela defensoria, porém está confuso entender o papel dos defensores em Sorocaba. Relatou o trabalho na Comissão de Direitos Humanos, onde recebe denúncias e trabalha em conjunto com o MP. Considera importante saber quais os casos em que pode recorrer à Defensoria. Em seguida, passou a relatar alguns casos importantes, como presídio Mineirão, que está superlotado e foi, por isso, objeto de pedido de fechamento pela comissão, mas o problema perdura já há dois anos. Outros casos se referem a questões de registro de posse; disse que, com a medida provisória, está sendo possível regularizar alguns casos, mas em outros é preciso atuação de advogado para discutir com a prefeitura, o que nem sempre é possível por falta de condições econômico-financeiras. Relatou também a situação de um bairro próximo ao fórum e as dificuldades que os moradores sentem em entender questões contratuais entre a instituição bancária e a prefeitura. Falta assistência aos moradores, principalmente em casos mais emblemáticos, coletivos. Há ainda a situação de adolescentes infratores recolhidos em cadeias, o que foi objeto de ação civil pública, mas a juíza da Vara da Infância indeferiu pedido, por entender melhor continuar onde está até que se termine a construção do prédio da Febem local. Pediu ajuda da Defensoria no caso. Referiu também caso do hospital regional, que atende 56 cidades e que, embora se encontre em estado precário, ainda não foi aberto inquérito civil público para apurar as responsabilidades. Relatou ainda caso de uma área objeto de processo de desapropriação pelo Inca, contra o que foi impetrada uma ação de reintegração do proprietário e as famílias vão ser reintegradas esta semana, mas essas pessoas não têm assessoria jurídica. Referiu-se, por fim, a um trabalho que a Comissão de Direitos Humanos tem desenvolvido junto à Câmara



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

Vereadores para apurar desvios de função e de dinheiro público. A Defensora Geral respondeu que, em várias dessas questões, é possível um trabalho com a Defensoria, por meio de seus núcleos especializados, de Direitos Humanos, Direitos de Habitação e Urbanismo. O Defensor Antônio lembrou ainda os núcleos da infância e juventude e situação carcerária e disse que depois as questões podem ser encaminhadas aos respectivos núcleos. Em vista disso, Maristela respondeu que enviaria os relatórios sobre cada questão. Em relação a denúncias de torturas a adolescentes, a Presidente Cristina reiterou a possibilidade de trabalho conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da OAB. Sobre a reclamação da Defensora Denise, Cristina se colocou à disposição para conversar e relatar o problema. Denise reafirmou a dificuldade de acesso ao Gabinete. Segundo ela, trata-se de problema de canal, seria necessário haver uma pessoa encarregada só dos assuntos do interior. Passa-se às manifestações dos conselheiros. A Conselheira Daniela agradeceu a recepção das colegas de Sorocaba e expressou a importância de o conselho visitar outras localidades. Relatou o caso de idosa com necessidades especiais, encaminhada para atendimento na Defensoria, que vai impetrar ação contra condomínio para que este instale meios de facilitar acesso a deficiente e que elogiou o atendimento da Ouvidoria. Relatou também a visita, no último domingo, à Favela do Moinho, local muito precário. Para a Conselheira, apesar da dificuldade desse trabalho, por ser no fim de semana, foi uma experiência muito boa, que possibilita a articulação com entidades do movimento social, com quem temos muito a aprender. O Conselheiro-Ouvidor Willian manifestou seu contentamento pela participação da representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos e da Comissão de Direitos Humanos na reunião e declarou ser fundamental, para a instituição, a Pré-Conferência Regional na região de Sorocaba, visto que além de definir o plano de atuação e orçamento, também será um momento de articular a Defensoria com as entidades da sociedade civil. Relatou que em função desta importância está formulando ao Conselho Superior a proposta de regulamento das Conferências. Relata que, apesar das dificuldades, a Defensoria e a Ouvidoria estão conseguindo realizar os trabalhos, atingir seus objetivos. A atuação da Defensoria em questões sociais importantes já está bem conhecida. Relatou que, em uma reunião realizada pela Ouvidoria da Polícia, em que foi representando a Defensoria Pública, estava presente o Desembargador Antonio Carlos Malheiros e, este se apresentou como, entre outros títulos, membro Conselho Consultivo da Ouvidoria. Falou com pessoas do movimento de moradia, que mostrou grande expectativa em relação à Defensoria. O Conselheiro Noadir parabenizou a Defensoria de Sorocaba e o Gabinete pela iniciativa e expressou sua satisfação em participar da reunião, que, para ele, é momento significativo, pois representa uma mudança de foco, em direção a um movimento descentralizador, e demonstra a importância dada ao interior pela Defensoria. Segundo ele, grande parte dos problemas enfrentados pela instituição está no interior. Em relação ao sistemas de pagamento, relatou a reunião que teve com coordenadores, Macris, na qual relatou a precariedade de recursos que a Defensoria tem sofrido. Referiu-se ao problema da autorização de perícias desnecessárias, que levam ao mal uso do dinheiro público. Para ele, é necessário mudar essa ordem de coisas, que abriu portas para tal situação. É preciso



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

pensar muito sobre a questão do pagamento de advogados. Disse que é preciso desenvolver um relacionamento com a sociedade civil que faça sentido para os usuários. Justificou a ausência do Conselheiro Pedro, que não pôde estar presente por questões de saúde. Reiterou o problema da estrutura precária da Defensoria, mas acredita estarem muito bem representados no Gabinete. Agradeceu também a presença de Maristela e manifestou sua expectativa em uma excelente relação com a OAB. Falou sobre o aumento do número de cargos de defensores para atender as demandas, construindo a carreira para o futuro. Para o Conselheiro Roque, este é um momento histórico. Manifestou felicidade pela ótima acolhida das defensoras de Sorocaba. Elogiou a atuação do Núcleo de Moradia, que tem muitas questões a serem tratadas. Em relação aos problemas levantados, disse serem decorrentes do noviciato da carreira. Informou que encaminhará, para a decisão do Conselho, proposta de deliberação sobre o processamento dos pedidos de afastamento de defensores para os cursos, a qual também colocará no site. Segundo ele, o diferencial dessa proposta é que quando o curso for patrocinado pela Escola da Defensoria, esta se incumba da parte burocrática. Em relação ao novo governo, para ele é importante, neste momento, pensar as grandes questões da Defensoria, traçar planos e metas, definir questões como gratificação e remuneração. Agradeceu a presença de Maristela, representando sociedade civil, e colocou-se à disposição para conversar sobre os problemas e buscar soluções conjuntas, pois a Defensoria não dá conta de todas as demandas sozinha. Sobre o relacionamento com o público, falou da importância do atendimento inicial, que deve ir além da assistência jurídica, burocrática. Segundo ele, no cível isso é mais tranquilo, mas no criminal também essa questão deverá ser pensada. O Conselheiro Vitore saudou os presentes e registrou a importância da vinda do Conselho ao interior, que lhe lembrou a primeira sessão, na periferia de São Paulo, na PAJ de Santo Amaro. Segundo ele, isso mostra o perfil do colegiado, a disposição em buscar uma aproximação com os colegas, ver as realidades locais. Sobre a sugestão da Defensora Kátia de alteração do SPT, disse que a resolução contém um problema sério, relacionado às perícias realizadas nos casos de justiça gratuita, que são pagas pela Defensoria, por meio dos recursos do Fundo de Assistência, mesmo as perícias pedidas por advogados particulares, pois o CPC autoriza a parte vencedora de cobrar custos, inclusive perícia. Informou que o Defensor Marcelo está providenciando a mudança de cabeçalho, constando o nome da Defensoria. Ressaltou a importância do Convênio com a OAB para o atendimento da demanda, que é muito grande. Relatou a iniciativa da Defensora Geral em equipar regionais e contratar um funcionário que será o responsável por gerenciar entraves burocráticos. Referiu-se também à importância da visita à Favela do Moinho e disse que as jornadas que estamos realizando são preparatórias para a Pré-Jornada da Moradia, que se realizará no dia 24 de fevereiro de 2007, na Uninove. Relatou que o Renato esteve hoje no programa *Fala Brasil* da Record falando sobre essa, entre outras questões. A imprensa tem procurado a Defensoria devido às questões atendidas. Isso reflete os objetivos expostos na lei da Defensoria, que manifesta a preocupação fundamental com a relação com a sociedade, na direção de buscar parceiros, somar-se a movimentos já organizados e abrir outras frentes. Os núcleos terão o papel de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

demandar essas questões específicas. Ao final de 2007, pretende-se ter um quadro de defensores adequado às demandas. Relatou um caso na Vara da Infância e Juventude, em que houve um embate entre o juiz e a defensora; como a relação chegou a um nível insuportável, os colegas tiveram de ser substituídos. Disse que a Defensoria vai representar esse magistrado. Referiu-se também a um embate do Defensor Davi com um magistrado. Lembrou um fato a ser comemorado: a nomeação de Marcos Nusdeo, importante parceiro, o que facilitará o período de transição. Sugeriu que o Conselho se manifeste cumprimentando Fábio pela nomeação e também parabenizando D'Urso pela reeleição. Agradeceu a recepção das defensoras de Sorocaba e a presença das demais colegas do interior. O Conselheiro Carlos Loureiro manifestou a importância da reunião no interior e agradeceu a recepção calorosa de Sorocaba. Considera que esta reunião é a manifestação do desejo de a Defensoria Pública atender todos os lugares, dividir dificuldades. Para ele, os compromissos da instituição estão sendo cumpridos. Manifestou muita preocupação com a questão da moradia: a visita à Favela do Moinho foi uma experiência marcante, que o deixou horrorizado; nunca tinha visto situações tão desumanas, com condições de alta insalubridade, focos de criminalidade instalados na favela, sem a mínima infra-estrutura. Em seu olhar, isso reforça a necessidade de dedicação a essa população carente, mostrando que estamos ao lado deles. Comentou o relato de colegas sobre a Defensora Geral não ter sido convidada a compor a mesa do Plenário, nem sua presença ter sido referida em reunião da Assembléia. Ele considera importante que a Defensoria emita uma manifestação de repúdio a essa conduta, que mostra o desafio a ser enfrentado pela carreira em sua relação com o Governo. O Defensor Antonio alertou que é preciso medir bem o tom do protesto. A Defensora Geral disse que isso tem acontecido muito e que a Chefe de Gabinete vai fazer ofício para afirmação da instituição. O Conselheiro Victor Hugo declarou ter se emocionado com a fala do Conselheiro Carlos e disse que sem sentimento não é possível ser defensor público. Sobre o Conselheiro Roque, disse que está no lugar certo, pois já se mostrava muito ativo no Conselho da Procuradoria e agora muito mais no da Defensoria. Para ele, esse espírito tem de estar em todos nós. Agradece aos colegas do interior, Sorocaba, Campinas, Rio Claro. Os defensores têm de ir aonde estão as demandas. Parabenizou a atuação de Maristela e disse que espera poder atuar juntos. O Conselheiro Noadir levantou uma questão importante, referente ao pagamento dos peritos, que sugeriu restringir às atuações da Defensoria e da P.A.J e cessar o das demais perícias. Essa questão deverá ser resolvida até 1º de janeiro. Concordou com a sugestão do Conselheiro Vitore sobre as manifestações parabenizando Marcos Nusdeo e D'Urso. A Defensora Franciane manifestou sua emoção nesta reunião, que, para ela, foi muito simbólica, pois demonstra o prestígio dado ao interior e deixa claro que não há dicotomia entre capital e interior. Falou sobre as questões levantadas por Maristela a respeito do sistema carcerário e disse que as maiores demandas são em Campinas e Presidente Prudente. Para ela, é importante haver um representante da Defensoria no sistema carcerário de Sorocaba. Todos estão com dificuldades nas bancas. Sugeriu que a Defensora Silvana seria um bom nome para coordenar o setor de assistência aos presos em Sorocaba, por seu perfil combativo. Refletiu



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

que a nova carreira depende do trabalho de base que estamos fazendo hoje e que o trabalho com a sociedade civil deve ser ressaltado desde o início. O Conselheiro Vitore informou que, devido às distorções relativas a pagamentos de diárias, vai formular proposta de alteração da resolução, sugerindo mudanças pontuais, como os plantões no final de semana, feriado, que deverão ter caráter excepcional, talvez após autorização, e as despesas com alimentação, para as quais se poderá estabelecer um limite de horários, talvez no máximo quatro horas. Disse que formulará a proposta e a colocará no site. Esclareceu que transporte não se confunde com diária, que cobre despesas como alimentação e hospedagem e que o Tribunal de Contas estabelece que, se a atividade é gratificada, não há direito à diária. Já despesas com automóvel não têm previsão legal. A Presidente propõe que a discussão sobre gratificações e diárias seja aprofundada após a elaboração da proposta pelo Vitore. Informou que a proposta de locação ou compra de veículos para as regionais está sendo estudada e que será dada continuidade à transição. Sobre as perícias, disse que foram elaborados gráficos mostrando aumento, o que exige que se pensem nas providências a serem tomadas, mas, para isso, são necessários os dados na mão. Concordou com o Conselheiro Roque sobre a importância dos atendimentos iniciais, que devem ver além da questão jurídica, analisar o contexto. Na Liberdade, além do Coje há psicólogos atendendo. Relatou a reunião que teve com Daniel Annenberg, que organizou o Poupatempo e que vai trabalhar conosco. O objetivo é criar um atendimento inicial interdisciplinar. O Conselheiro Vitore considera importante criar sistema unificado para todo o Estado, com atendimento uniformizado, software único, pois o atendimento é a atividade-fim da instituição. A Defensora Silvana falou da experiência com as penas alternativas em Sorocaba, que está dando muito certo. Reclamou da falta sistema de comunicação com notes. Neste momento, a Presidente propôs que se votassem duas questões. A primeira se referiu à sugestão do Conselheiro Vitore de que o Conselho emitisse suas congratulações, por meio de ofício, à nomeação de Marcos Nusdeo como Procurador Geral do Estado e à reeleição de Luiz Flávio Borges D'Urso como Presidente da OAB-SP, o que foi aprovado por unanimidade. A outra questão se referiu à forma como se fará o plantão na Assembléia Legislativa, já que, em encontro com Beneton, foi levantada a necessidade de a Defensoria decidir se terá interesse em fazer os atendimentos lá. A Conselheira Daniela manifestou-se pelo não afastamento de um defensor apenas para exercer essa função, mas que se pensasse em compor um grupo. O Conselheiro Noadir sugeriu que se organizasse uma escala para plantão gratificado uma ou duas vezes por semana, pois é importante ter alguém lá, pelo contato político. A Presidente, assim, colocou em votação a necessidade de se fazerem os plantões na Alesp, e o resultado foi positivo por unanimidade. O Conselheiro Vitore sugeriu uma solução intermediária: que se contratasse uma secretária em regime de meio período para agendar os atendimentos, que seriam feitos pelo Defensor Davi em plantões sem gratificação e, com a entrada dos novos defensores, poderiam ser iniciados os rodízios. A Conselheira Daniela sugeriu a contratação de um estagiário para a seleção e os agendamentos. Sobre a sugestão de o Davi fazer os plantões, disse recear que se confundam os atendimentos com sua atividade na Apadep. A Conselheira Franciane concordou com



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

isso, frisando que o Davi tem de ser conhecido apenas como presidente da associação, os papéis não podem ser confundidos. Sugeriu que uma pessoa seja designada para a função para que não precise remunerar. A Defensora Geral sugeriu que seja expedido ofício informando que a Defensoria ocupará esse espaço e que as formas como isso será feito seja discutido na sessão seguinte. Sem mais manifestações, passou-se à ordem do dia, estando em pauta o Processo CSDP 14/06, que não havia sido recebido pela Conselheira Franciane; por isso, colocou-se à votação se o assunto poderia ser deliberado hoje, o que foi aprovado por unanimidade. Passou-se à discussão do teor do processo, que foi aprovado por unanimidade, estando impedido o Conselheiro Carlos Loureiro, resultando na nomeação do Conselheiro Carlos para coordenador do Núcleo de Habitação. Sobre a nomeação do coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, como não houve inscrição, a Presidente sugeriu o nome do Defensor Cláudio, o que foi posto em discussão e aprovado por unanimidade. Em seguida, iniciou-se à discussão do Processo CSDP 23/06, a partir do art. 1º, parágrafo único, em que se propôs retirar o trecho “e na Defensoria do Estado de São Paulo em Brasília”, alteração que foi aceita por unanimidade, vencido o Conselheiro-Relator. Em seguida, passou-se à votação em bloco-destaque a partir do art. 6º, já que os anteriores haviam sido discutidos em outras sessões. Em relação ao art. 6º, aprovou-se, por unanimidade, vencido o Conselheiro-Relator, a proposta de substituição das alíneas por incisos; no inc. I, foi aprovada, a proposta de redação seguinte “I – relatório circunstanciado de atividades, contendo informações sobre as atribuições exercidas pelo candidato; no inc. II, aprovou-se, por unanimidade, a proposta de suprimir o trecho final, ficando “ II – 01 (um) trabalho resultante de sua atuação como Defensor Público”; em relação aos incs. III e IV, aprovou-se, por unanimidade, a redação original; foi proposto, pelo Conselheiro Vitore, novo inc. V, renumerando-se os seguintes, proposta aprovada por maioria (vencido Victor Hugo), com a seguinte redação: “tese apresentada em Congresso e acolhida pela Comissão de Seleção”; os demais incisos, de , VI a VIII, têm sua redação original aprovada por unanimidade. Em relação parágrafo único, sugeriu-se alteração do trecho final, “ano correspondente ao concurso” , por “período indicado no respectivo edital”, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, sugeriram-se mais dois parágrafos ao artigo, o que foi aprovado por unanimidade, de modo que o parágrafo único se tornou 1º. As redações seguintes foram votadas e aprovadas as alterações por unanimidade: “Parágrafo segundo – As atividades do período que se refere ao lapso entre a publicação do edital e a efetiva promoção serão computadas para o concurso de promoção posterior. Parágrafo terceiro – O candidato que concorrer por merecimento e que não atender ao disposto nos incisos I e II deste artigo será automaticamente desclassificado do certame.” No art. 7º, foi aprovada a alteração: “inc. III a VII do art. 6º da presente deliberação”; os demais artigos, até o 17, são provados por unanimidade. Em relação ao art. 1º da Disposição Transitória, foi sugerida e aprovada, por unanimidade, a alteração de trecho da redação da al. h, onde se lia “instituição pública”, que se substituiu por “instituição ou órgão público”, o que foi aprovado por unanimidade. Ao final, foi aprovada, com as alterações referidas anteriormente, a Deliberação CSDP n.º 25, de 01 de dezembro



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

de 2006, que regulamenta o concurso de promoção na carreira de Defensor Público. A discussão e votação do Processo CSDP 25/06, seguinte na pauta do dia, foi prorrogado para a próxima sessão do Conselho. Em relação ao Processo CSDP 413/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 414/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 415/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 416/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 417/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao CSDP 419/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 420/06, que tratava de recurso



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 421/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP 423/06, que tratava de recurso referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, negar provimento ao recurso, estando impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e a Conselheira examinadora Franciane de Fátima Marques. Ausentes, justificadamente, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, eu, Tâmara Castro, Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, de 1º de dezembro de 2006.